

**Paula Fernandes da Silva**  
paulaa.fern@gmail.com

## 1- INTRODUÇÃO

A paisagem é um elemento importante para a identificação das distintas espacialidades – a circulação dos grupos, as áreas de lazer, transporte público, áreas de moradia – que nos indicam a matriz dos processos sócio-espaciais que atuam para essa distinção, como exemplo, a segregação racial.

Berque (2012, p.239) afirma :

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. (BERQUE, 2012, p.239)

Desta forma, afirmamos que a paisagem-marca são as tensões, as disputas e os conflitos, que se visibilizam através da segregação exposta. A paisagem-matriz são as relações de poder, que acontecem no cotidiano social, as relações sociais.

Assim sendo,

como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada. Poder-se-á, por exemplo, dedicar-se a quantificar estatisticamente formas e conjuntos de formas na paisagem, analisar a articulação dessas formas entre si, suas relações de associação e de exclusão etc. (...) O ponto de partida continua sendo, no caso, a descrição da paisagem, enquanto dado perceptível; mas *a explicação ultrapassa decididamente o campo do percebido, seja por abstração, mudança de escala no espaço ou no tempo.* (BERQUE, 2012, p.240, grifos nossos)

Observar, descrever, apontar as diferenciações espaciais é um passo inicial, que deve ser firme e seguro, mas também faz-se necessário compreender a dimensão dos processos que constituem o espaço. As tensões cotidianas que se inscrevem à nossa vista e nos causam incomodo serão meu ponto de partida.



As trajetórias das pessoas nos dizem muito sobre os lugares que circulam, os lugares que tem acesso enquanto trabalhadores, enquanto consumidores, ou moradores. Uma despretenhosa observação dos corpos que circulam nas cidades permite apontar quais são os bairros periféricos e centrais, qual a composição racial da maioria da população destes lugares, e dessa forma perceber quais os grupos sociais (e raciais) tem acesso a mais bens de infraestrutura urbana – oferta de transporte público, saneamento básico, serviços diversos. A dinâmica dos grupos aponta que os bairros periféricos possuem maioria negra e os bairros centrais, maioria branca, o que pode também ser evidenciado através das estatísticas demográficas. As estatísticas também apontam para uma discrepância hierárquica dos grupos raciais, sendo os grupos negros uma maioria expressiva em situações de subalternidade – basta perceber a composição racial da população em situação de rua, da população carcerária e a discrepância entre as crianças matriculadas em escolas públicas e particulares.

A espacialidade da racialização no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro(RJ) é envolta por uma aura de naturalidade: é corriqueiro perceber jovens negros e negras em bairros periféricos, o que causa estranheza é encontra-los em shoppings nas áreas centrais, gerando conflitos com o setor de segurança privada ou até a polícia, como foi o caso dos “rolezinhos”. É comum perceber homens e mulheres negros em posições marginais na sociedade (a publicidade sempre indica negros em posições estigmatizadas<sup>1</sup> ou de baixo status social – garis, empregadas domésticas, porteiros). Não há nada de novo nesse breve levantamento.

Destacamos, neste trabalho, a importância da análise das espacialidades destes grupos marginalizados, racializados, periféricos. Construir narrativas contra-hegemônicas no espaço urbano é fundamental para pensar novas formas de ação sobre o território, pois o espaço é atravessado por relações de poder, tensões, disputas e conflitos. Acredito que a Geografia possa contribuir de maneira significativa nesse debate avançando também sobre as teorias que norteiam nossa compreensão de espaço – cito aqui brevemente os trabalhos de Lefebvre (2013[1974]), Milton Santos (2012[1996]), Harvey (2005). Estes autores, dentre outros, foram capazes de construir

---

<sup>1</sup> Stuart Hall (2016) discorre profundamente sobre os estigmas da população negra na mídia em seu livro “Cultura e Representação”.



categorias de análise que se pretendem universais – como diria Mauricio Abreu<sup>2</sup>(2000), ao problematizar a importância da análise geográfica de outros tempos –, e por isso, é importante o esforço de utilizar essas ferramentas teóricas para desvendar os demais processos que constituem o espaço.

## 2- OBJETIVO

Neste trabalho, buscaremos destacar a importância das teorias espaciais que explicam os processos de marginalização dos grupos racializados e periféricos. Pensar a construção de novas narrativas no espaço urbano é fundamental para planejar novas formas de ação sobre o território, e para isso é preciso ir além da análise da espacialidade destes grupos. Acreditamos que a teoria de produção do espaço construída por Lefebvre é o grande embasamento teórico para pensar a constituição da segregação sócio-espacial.

## 3- METODOLOGIA

Para pensar estas possibilidades teóricas, utilizaremos como método a revisão bibliográfica de autores e autoras que permitam costurar categorias analíticas no espectro das relações sociais: raça, espaço, cidade/urbano. Como esforço inicial, o diálogo entre a teoria da produção social do espaço, de Henri Lefebvre ([1974] 2013); a discussão sobre raça e racismo disseminada por Frantz Fanon (1968) – em que aponta as implicações do racismo na constituição das sociedades que viveram o sistema colonial –; o trabalho de geógrafos que constroem a ponte entre Geografia e raça, como Santos (2009), Oliveira (2011), Campos (2012) e Kobayashi (2014).

A paisagem é um elemento importante para a identificação das distinções espaciais – a circulação dos grupos, o levantamento estatístico dos bairros de residência de maioria negra, levantamento dos bairros que a maioria da população trabalhadora é negra, análise das áreas de lazer (e instrumentos de acesso como transporte) das populações negras. Também através da paisagem podemos ter pistas sobre os processos

---

<sup>2</sup>Para o autor, a Geografia é uma ciência com chaves metodológicas capazes de desvendar tempos históricos distintos, não só o presente, pois as categorias de análise são universais, ressaltando as variáveis.



que atuam para essa distinção, como a segregação sócio-espacial de base racial, o mosaico de bairros centrais e periféricos em que a população pobre e rica tem cores distintas.

Para analisar essas espacialidades partimos da perspectiva de paisagem exposta por Cosgrove (2012) na qual ele propõe “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem” (p.228). Nas diversas leituras e codificações de uma paisagem, usaremos como direcionamento neste trabalho, o que ele afere como “paisagens excluídas”, as quais “aguardam estudos geográficos” (p.236).

A partir da obra de Lefebvre (2013 [1974]) e dos autores que nele se inspiraram posteriormente (Harvey, 1980), compreendemos a cidade como materialização das relações sociais. Sendo a sociedade capitalista atravessada por hierarquização de classe, as cidades também reproduzem relações de classe, materializadas na segregação sócio-espacial. Para os autores inspirados na teoria marxista (Harvey, 1980; Smith, 1988), a segregação é fruto da reprodução das forças de trabalho, e a articulação destas com a estrutura social capitalista gera o privilégio das populações beneficiadas – classes abastadas ocupando espaços dotados de maior infraestrutura urbana e classes pobres ocupando espaços menos equipados. O consumo diferenciado do espaço urbano permite a reprodução da dominação das áreas centrais pelos grupos beneficiados, num efeito de retroalimentação – a cidade partida é apropriada enquanto um instrumento de poder e reprodução deste. Os bairros periféricos possuem oportunidades desiguais no acesso a educação, lazer, oferta de empregos, menor oferta de transportes, dificultando a acumulação de riquezas da população que lá habita; enquanto os bairros centrais recebem maior investimento público, garantindo maior conforto de seus habitantes e oportunidades de reprodução das relações sociais.

Os primeiros estudos de segregação urbana remetem à Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, sobre o desenvolvimento das comunidades afro-americanas nas cidades norte-americanas mais industrializadas (*Manufacturing Belt*) e a ocupação e formação das comunidades de imigrantes europeus: enquanto os imigrantes europeus circulavam espacialmente pela a cidade e emergiam socioeconomicamente, os



afro-americanos permaneciam guetificados. A orientação teórica desses estudos tinha como referência o Darwinismo Social, indicando que as comunidades urbanas possuíam um padrão espacial e um ordenamento moral, sendo este o processo de desenvolvimento espacial no lugar. Seus métodos positivistas tendiam a reduzir as relações sociais a meras relações sobre o espaço, construindo um modelo de difusão espacial para simular a escolha residencial, de modo a compreender o crescimento dos guetos.

Com a emergência dos estudos marxistas, já na década de 1970, a compreensão da diferenciação espacial na cidade toma o caráter das disparidades entre bairros, na perspectiva da hierarquia dos mesmos. Ao invés de entender a ocupação dos bairros mais ou menos dotados de infraestrutura urbana como uma escolha dos grupos por afinidade, as análises buscam a compreensão das hierarquias no acesso a esses bens de reprodução. Serão analisados a diferenciação residencial, a diferença de renda dos grupos sociais, enquanto o fator racial será compreendido como secundário. Para Harvey, os problemas raciais seriam redundantes quando a questão de classe fosse solucionada:

First, let me say what it does not entail. It does not entail yet another empirical investigation of the social conditions in the ghettos. We have enough information already and it is a waste of energy and resources to spend our time on such work. In fact, mapping even more evidence of man's patent inhumanity to man is counter-revolutionary in the sense that it allows the bleeding-heart liberal to pretend he is contributing to a solution when he in fact is not. . . . There is already enough information in congressional reports, daily newspapers, books, articles, and so on, to provide us with all the evidence we need. Our task does not lie here. Nor does it lie in what can only be termed moral masturbation of the sort which accompanies the masochistic assemblage of some huge dossier on the daily injustices to the populace of the ghetto, over which we beat our breasts, commiserate with each other, before retiring to our fireside comforts. This, too, is counterrevolutionary for it merely serves to expiate guilt without our ever being forced to face the fundamental issues let alone do anything about them. . . . These are the paths we should not take. They merely divert us from the task at hand. This immediate task is nothing more or less than the self-conscious and aware construction of a new paradigm for social geographic thought through a deep and profound critique of our existing analytical constructs. (HARVEY, 1972:10 apud KOBAYASHI, 2014)



Nesta perspectiva analítica, o papel do Estado é central para pensar a estruturação do espaço urbano, tanto na esfera econômica(1), política(2), quanto ideológica(3). Na primeira, com a função de controle, regulação, ou permissão das condições de reprodução do mercado imobiliário; na segunda, a partir do controle da localização das infraestruturas, da localização dos aparelhos do Estado e do controle da legislação de uso do solo; na última, com a difusão das ideias dominantes.

A dimensão das classes sociais são fundamentais para a compreensão da segregação urbana, mas não podem ser entendidos como fator determinante ao falar de dos países que viveram a experiência colonial – nem mesmo os Estados Unidos. As relações raciais, herança do passado escravocrata e colonial, são elemento organizador das relações sociais, e tal como estas, possuem dimensão espacial a partir do processo de produção e reprodução do espaço. No Brasil, a subjugação dos negros se repete no pós-abolição com sua inserção desigual na sociedade de classes, através de empregos mal remunerados e de alto risco, da rejeição de afrodescendentes, tornando-se sujeitos sem função social no mundo urbano-industrial, uma vez que os imigrantes europeus são incentivados a ocupar os postos na indústria crescente. Esse contexto possui reflexo na espacialização do urbano, produzindo arranjo espacial específico. A segregação está associada à discriminação e a restrição no acesso a bens e riquezas, produzindo pobreza: impedimento à propriedade de terras enquanto barreira à ascensão social e impedimento da formação de uma classe média negra; e própria inserção tardia no urbano-industrial, também associada à preferência pelo trabalhador migrante baseado na ideologia racial do italiano possuir desenvoltura na fábrica. É preciso pensar a segregação como parte da totalidade uma vez que os processos de exclusão dos grupos não-dominantes fazem parte da sociedade capitalista:

Questões étnico-raciais e segregação sócio-espacial e a produção do urbano são temas que precisam ser correlacionados a outros, como o processo de metropolização e planejamento (CAMPOS, 2012:98)

A raça é, desta forma, um fator potencial para o estudo da segregação sócio-espacial porque, como afirma Oliveira (2011), o racismo é um mecanismo regulador de relações, mas principalmente, de criação de distâncias. Os indivíduos racializados que não se submetem, ou aqueles que subvertem o contexto da segregação sócio-espacial



são constrangidos pelos eventos de discriminação. E mesmo aqueles que ascendem socialmente, sempre serão lembrados que não pertencem aos espaços privilegiados de decisão/poder, pois são indivíduos racializados. A separação espacial das diferentes classes segmentadas geram padrões espaciais, ou o que Oliveira irá conceituar de “imposição escalar”.

#### 4- RESULTADOS PRELIMINARES

Como ressaltado anteriormente, pretendemos apontar neste trabalho que um dos exercícios para pensar a espacialidade das relações raciais é analisa-las a partir da teoria de produção do espaço, de Lefebvre. Em sua obra, o filósofo constrói uma concepção não reificada de espaço, uma teoria crítica a partir de novos códigos: o espaço atravessado por contradições, a partir do método dialético; o espaço construído através de um processo social baseado na troca, a partir das teorias da linguagem; e o espaço a partir da percepção e do vivido, baseado na Fenomenologia. A concepção do espaço como um produto social que é atravessado pelas relações que o constituem, a dimensão de produto, processo e atores sociais, revolucionaram a produção teórica da Geografia. A teoria crítica do espaço é base para a virada espacial da Geografia Crítica (*spatial turn*), tendo influenciado autores fundamentais como Milton Santos e David Harvey.

O espaço é, para o autor, fruto de três processos interconectados dialeticamente – a tridimensionalidade do espaço: a dimensão material da atividade social, ou o espaço percebido(1); a dimensão discursiva, ou o espaço concebido (2); e a dimensão simbólica, ou o espaço vivido (3). Importante frisar que Lefebvre não aponta três *tipos* de espaço, mas três possibilidades de análise de um mesmo espaço, o social, que devem ser pensadas como três faces do Um. O espaço concebido é a prática social, dimensão material da existência, a produção material do espaço, as redes de interação da vida cotidiana. O espaço concebido são os discursos que se constroem sobre esta base material da vida cotidiana, os quadros de referencia técnicos, a produção de conhecimentos acerca do espaço – é a área de trabalho da arquitetura, do planejamento territorial, da Geografia. Já o espaço vivido é apreendido pelos processos de significação dos sujeitos sobre o espaço, a produção de significados, a experiência a partir do cotidiano.



O espaço também é fruto de intencionalidades, campo das disputas narrativas, da ocupação material e das diferentes experiências que nele se projetam. O próprio discurso sobre a neutralidade do espaço e das formas de ocupação/apropriação do mesmo são intencionais. Em *A produção social do espaço*, o autor aponta este como uma confluência de existências, atravessado por relações de poder a partir das intencionalidades que nele atuam, entre elas, as estratégias de classe para assegurar a reprodução das relações essenciais.

Esta teoria não apresenta, entretanto, a determinação das classes sociais como princípio para pensar a produção do espaço, o que se tornou recorrente nos estudos marxistas de segregação sócio-espacial, por exemplo. Lefebvre aponta que as forças produtivas têm papel fundamental na produção do espaço, mas dependendo do contexto histórico do desenvolvimento destas forças, elas podem possuir um componente racial estruturante – como é o caso brasileiro, em que precisou-se de uma lei<sup>3</sup> para garantir que a população brasileira fosse incorporada como força de trabalho da indústria crescente.

Compreendemos ser possível pensar a dimensão racial a partir dos processos de organização do espaço. No contexto de uma sociedade estruturada a partir das relações raciais - como é a experiência das cidades brasileiras, que viveram mais de três séculos de escravidão – a intencionalidade dos processos e das técnicas inscrevem o racismo no espaço de diversas formas, que pretendemos abordar a seguir.

Para Fanon (1968), o racismo é um padrão de poder multidimensional, presente tanto na subjetividade dos sujeitos que vivem na sociedade racista (os racializados e os considerados não-racializados) quanto nas relações sociais institucionais, que acabam por se materializar em práticas espaciais (inclusive instrumentalizado no campo jurídico institucional). Consideramos que tanto os eventos de discriminação, realizados nas relações interpessoais (e subjetivizados através de preconceitos raciais) e na escala do indivíduo, quanto práticas que se dirigem a um coletivo de pessoas (como processos de invisibilização e silenciamento de grupos racializados, processo de expropriação e

---

<sup>3</sup>Artigo 354 da CLT. Exige a legislação do trabalho brasileiro que em cada estabelecimento com três ou mais empregados seja mantida uma proporção de 2/3 de brasileiros para 1/3 de estrangeiros. Este preceito foi expresso em lei especial que passou a ser denominada e conhecida como Lei dos 2/3. Hoje, incorporada à Consolidação das Leis do Trabalho, em vigor desde 1943, a matéria recebe a nomenclatura geral de “nacionalização do trabalho”.



espoliação de grupos racializados) são práticas racistas, expressão dessa estrutura de poder hierarquizante que visa a manutenção de privilégios dos grupos dominantes, cujo critério de privilégio e dominação é a raça.

O locus de enunciação daqueles que detêm o controle dos instrumentos de planejamento – homens, brancos, da aristocracia imperial, e engenheiros – revela um padrão de poder de dominação e exclusão para pensar (e ser) o espaço, um padrão racista na seletividade espacial. As práticas espaciais racistas podem ser: critérios raciais na seleção de políticas públicas, controle territorial de populações racializadas, ou até mesmo criação de barreiras no acesso a produção de riquezas (acionando instrumentos jurídico-políticos); todas elas formas de regular as trajetórias dos grupos de modo a garantir privilégios no uso do espaço.

O racismo é uma prática social perceptível na paisagem, como apontado acima com a segregação sócio-espacial de base racial. A circulação dos grupos racializados possui um padrão espacial que indica que estes desfrutam de infraestrutura urbana inferior aos grupos não-racializados – grupos da supremacia racial branca. Oliveira (2011) irá apresentar na forma de mapas os dados do Censo de 2000. A prática espacial da sociedade racista destinará aos negros e indígenas políticas de ocupação espacial diferenciada, como a negação à propriedade da terra<sup>4</sup>, aos bens comuns de uso coletivo, e a construção de campos sociais que vigiam, disciplinam, controlam e punem os grupos que não ocupam seu devido lugar. O arranjo espacial racista é produto e produtor de desigualdades contribuindo para a manutenção das distancias e dificultando a mobilidade social dos grupos marginalizados. Para Oliveira, há dois tipos de atores no processo de segregação: os que o promovem, como os incorporadores(1) e as instituições financeiras(2); e os que se aproveitam, os grandes proprietários do solo urbano e os corretores imobiliários. Os primeiros possuem relação indireta com a questão racial, influenciando a auto-segregação dos ricos (brancos) na cidade; os segundos possuem histórico de tensões raciais no acesso, uso e apropriação dos serviços

---

<sup>4</sup> Lei 601 de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulos de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara.



de ascensão a outras escalas sociais. Os grandes proprietários do solo urbano se aproveitam do racismo enquanto herança colonial, uma vez que o direito de propriedade no Brasil nasce como estratégia racial para evitar que os pobres e negros tenham acesso, dificultando a participação dos negros na vida pública nacional. Já os corretores possuem relação direta com o racismo, oferecendo produtos de qualidade inferior aos consumidores negros.

O racismo também é instrumento regulador das relações interpessoais, e se apresenta de maneira evidente nos eventos de discriminação racial. Os constrangimentos raciais apresentam uma reserva de sentido criada pelos agressores, que existem “para emergir no momento que os negros e negras aparecem no mundo do branco” (OLIVEIRA, 2011:84), gerando na vítima um estado emocional que cria dificuldades de interação – traumas – reforçando distancias materiais e simbólicas. Ainda em sua tese, Denílson Oliveira aponta para um ordenamento racial do espaço, o entendimento dos grupos racializados dos espaços que estes podem ou não circular pois estarão expostos a um possível constrangimento. O evento de discriminação serve como mecanismo regulador para os indivíduos que transgredirem o ordenamento racista e, dessa forma, eliminar o protagonismo negro, tornando-o um estranho nas áreas mais ricas, uma ameaça, um indivíduo que potencialmente afeta a ordem social.

Trazendo mais uma perspectiva, o racismo também pode ser observado nas práticas estatais de ordenamento do território. Souza (2010) considera a primeira fase do planejamento urbano como “planejamento físico-territorial”, cuja concepção está associada à “atividade de elaboração de planos de ordenamento espacial par a ‘cidade ideal’” (p.123). O plano de intervenção urbanística é um conjunto de diretrizes a serem seguidas e metas a serem perseguidas, de modo a garantir a organização espacial. É uma intervenção de tipo regulatória, autoritária, em que o Estado faz uso de seus poderes de controle e disciplinamento da expansão urbana e uso da terra. Os pilares do projeto de modernização das cidades são a higiene, a ordem, a harmonia social e a racionalidade. O planejamento é um instrumento do Estado de organização dos corpos e objetos no espaço, forma de racionalizar as ações no sentido de manter as hierarquias racial e econômica. Na cidade do Rio de Janeiro, os primeiros projetos de intervenção urbanística datam ainda do período escravocrata, momento de intensos debates sobre o



que “fazer” com a população negra residente no Brasil – expressivamente maior que a população branca. Eliminar a presença negra da capital do Império (e posteriormente, da capital da República) é uma das preocupações fundamentais das elites brasileiras no século XIX.

Renato Emerson do Santos (2009) afirma que as políticas de branqueamento foram a tentativa de eliminar a presença negra da narrativa da história e da descrição do território brasileiro, através da miscigenação da população através do incentivo à imigração europeia, da invisibilização das lutas negras contra o sistema escravocrata, e da negação do racismo produzido e reproduzido pelas elites brasileiras. Diz Santos:

A política de branqueamento da população, iniciada no século XIX, guarda profundas controvérsias. Primeiramente, há controvérsias acerca das estratégias: grande parte das narrativas concentra-se na política de imigração, não contemplando as violências físicas (extermínio e subjugação de seres humanos através de confrontos armados), políticas (eliminação da representatividade e do poder dos grupos não-brancos), psicológicas (inculcação de sentimentos de superioridade e inferioridade com base em pertencimento racial) e culturais (eliminação e inferiorização de práticas, manifestações, comportamentos, etc.). (SANTOS, 2009 :58)

As práticas e técnicas orientadas para o espaço possuem a intenção, nesse contexto, de viabilizar o projeto de branqueamento do território.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o ato de espacializar as relações raciais no espaço urbano é um esforço inicial da pesquisa de mestrado, realizada na UFF desde março deste ano. Pretendo amadurecer os debates e referenciais teóricos ao longo dos anos de estudo, principalmente em espaços de trocas, como este presente congresso. Pensar como as ações subjetivas e objetivas do racismo se materializara nas cidades é um caminho cujas pistas estão sendo seguidas através da obra de Henri Lefebvre.



## 6- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio. Construindo uma Geografia do Passado. *Geosp*, n.7, ano 2000.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA & ROSENDAHL (Orgs.). *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- CAMPOS, Andrelino. Questões étnico-raciais no contexto da segregação sócio-espacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Renato (org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DP et Alii, 2012. P.68-103.
- COSGROVE, Denis. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORREA & ROSENDAHL (Orgs.). *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Tradução de William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.
- KOBAYASHI, Audrey. Neoclassical urban theory and the study of racism in geography. *Urban Geography*, 2014, vol. 35, n. 5, 654-656.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Introdução e tradução: Emilio Martinez. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- OLIVEIRA, Denilson. *Por uma geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.
- SANTOS, Milton. O tempo (os eventos) e o espaço. (p.143- p.168). In: SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Marcelo; RODRIGUES, Glauco. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.